

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.906 - PR (2019/0274038-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DE PRECEDENTES**  
**RECORRENTE : UNIÃO**  
**RECORRIDO : JORGE BRASIL FURLANETO BUHNEMANN**  
**RECORRIDO : MONICA APARECIDA FLORIANO**  
**ADVOGADOS : HUGO CREMONEZ SIRENA - PR058185**  
**EDUARDO DA SILVA MATTOS - PR061946**  
**GUSTAVO OSNA - PR055011**

## **DESPACHO**

Vistos etc.

Conforme destaquei às e-STJ, fls. 265-266, este recurso especial foi admitido pelo Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região sob fundamento de que o órgão colegiado deixou de exercer o juízo de retratação previsto no inciso I do art. 1.040 do Código de Processo Civil para adequar o julgamento proferido ao **Tema repetitivo n. 290** (REsp n. 1.141.990/PR, relator Ministro Luiz Fux).

Em exame perfunctório, em razão da atribuição restrita do Presidente da Comissão Gestora de Precedentes, identifico – no acórdão proferido pelo Tribunal de origem, que manteve entendimento diverso do referido tema repetitivo – possível hipótese de distinção do precedente apta a justificar a tramitação deste recurso como representativo da controvérsia, nos termos da parte final do art. 1.041 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido, impõe-se a este recurso a adoção do rito estabelecido pelos arts. 256 ao 256-D do Regimento Interno do STJ, que estabelecem atribuições ao Presidente do STJ para despachar, antes da distribuição, em recursos indicados pelos tribunais de origem como representativos da controvérsia (RRC). Atribuições essas delegadas ao Presidente da Comissão Gestora de Precedentes mediante a Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017.

Quanto a esse ponto, a análise dos RRCs pelo Presidente da Comissão Gestora de Precedentes deve ser restrita aos limites regimentais, de forma que,

# Superior Tribunal de Justiça

após a distribuição, o ministro relator possa se debruçar sobre a proposta de afetação do processo ao rito dos repetitivos **no prazo de 60 dias úteis (RISTJ, art. 256-E)** a fim de:

a) rejeitar, de maneira fundamentada, a indicação do recurso especial como representativo da controvérsia (inciso I);

b) propor à Corte Especial ou à Seção, conforme o caso, a afetação do recurso para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos (inciso II).

Feito esse breve registro, passo à análise precária formal do presente recurso qualificado como **representativo da controvérsia**.

A Procuradoria-Geral da República, por meio do parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Moacir Guimarães Moraes Filho, manifesta-se pelo não provimento do recurso especial.

Em análise superficial do processo, **plenamente passível de revisão pelo relator destes autos**, entendo preenchidos os requisitos formais previstos no art. 256 do Regimento Interno do STJ.

Para melhor delimitação da matéria de direito veiculada nestes autos, transcrevo o seguinte trecho do voto condutor do acórdão recorrido que bem ilustra os motivos para a manutenção do julgado em possível dissintonia da tese fixada no Tema repetitivo n. 290/STJ (e-STJ, fls. 236-237):

*Registro que a aplicação direta e irrestrita do REsp. 1.141.990/PR a toda e qualquer alienação ocorrida após a inscrição em dívida ativa (ou a citação válida, se a transferência for praticada antes de 09-06-2005) formataria um quadro de **insuportável insegurança jurídica** nas operações corriqueiras de compra e venda, principalmente no mercado imobiliário, sujeitando o comprador a incertezas desproporcionais e desqualificadas, e submetendo-o ao risco de perder o patrimônio anos depois de tê-lo adquirido, dadas as severas dificuldades de se provar, por exemplo, que a compra ocorreu em ambiente de higidez jurídica, sem identidade fraudulenta, caso seja necessário examinar a regularidade de cada uma das alienações realizadas ao longo da cadeia dominial do imóvel.*

Como se observa, a justificativa utilizada pelo Tribunal de origem para

# *Superior Tribunal de Justiça*

não exercer o juízo de retratação e adequar o seu julgamento ao que decidido no Tema repetitivo n. 290 é a da desproporcionalidade da extensão da decisão proferida pelo STJ no julgamento do aludido precedente a casos em que há alienações sucessivas de bens.

Com o presente recurso indicado como representativo da controvérsia, pode-se observar que a situação atual é de dúvida perante o Tribunal de origem, justificando o processamento regular deste recurso, seja para o STJ **reafirmar** o entendimento e a sua aplicabilidade a casos correlatos seja para **esclarecer** se a diferença fática ou jurídica poderá ensejar outro posicionamento desta Corte também sob o rito dos recursos repetitivos.

É que a sistemática de vinculação a precedentes estabelecida pelo CPC impõe maior previsibilidade e certeza sobre o posicionamento da Corte responsável pela elaboração do precedente, a fim de permitir todos os reflexos dele decorrente, em especial a pacificação da matéria e a desnecessidade de ajuizamento de novas ações que, invariavelmente, terão a mesma solução nas instâncias ordinárias e nesta instância especial.

Decorre dos deveres impostos pelo art. 926 do Código de Processo Civil de estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência a observância dos princípios da igualdade frente ao direito, e não somente à lei, e da segurança jurídica, ainda mais em se tratando de julgamento proferido sob o rito dos recursos repetitivos, precedente qualificado de estrita observância pelos juízes e tribunais nos termos do art. 121-A do RISTJ e do art. 927 do CPC.

Por fim, em relação ao potencial de multiplicidade da questão jurídica veiculada neste recurso, é provável que a quantidade de processos com fundamento em idêntica questão desta controvérsia se assemelhe à do Tema repetitivo n. 290, o que, a princípio, justifica a afetação da matéria ao rito dos recursos repetitivos, podendo essa iniciativa evitar decisões divergentes nas instâncias de origem e o envio desnecessário de recursos especiais e/ou agravos em recursos especiais ao Superior Tribunal de Justiça.

**Ante o exposto**, com fundamento na parte final do *caput* do art. 1.041 e

# *Superior Tribunal de Justiça*

no art. 256-D do RISTJ, c/c o inciso I do art. 2º da Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017, **distribua-se** este recurso por prevenção ao REsp n. 1.141.990/PR (2009/0099809-0).

Para possibilitar a afetação de dois recursos ao rito dos repetitivos, ressalto que destaquei o Recurso Especial n. 1.836.326/MT para tramitar na condição de representativo da controvérsia, juntamente com este processo, tendo em vista a identificação nele, na origem, de hipótese de superação do precedente firmado no citado Tema repetitivo n. 290.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes - Portaria STJ 299/2017